

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Diretoria de Administração – Gerência de Compras e Contratos
Coordenadoria de Licitações (CCLI)

EDITAL Nº 11/CCLI/SEDE/2026

LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 90011/2026

OBJETO: Licitação para contratação de empresa para fornecimento, instalação, comissionamento e homologação dos Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais, para Torre de Controle Digital da Dependência da NAV Brasil em Ribeirão Preto/SP (DNRP), quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 08/06/2026 às 08:59 h.
- **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 08/06/2026 às 09:00 h.
- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** Eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados até às 18:00 horas, do 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, com indicação do número da licitação, para o e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Nas referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- **VALOR DO EDITAL PARA RETIRADA NA NAV BRASIL:** R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 22.352.776,32 (vinte e dois milhões trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos).
- **CONTATO COM A COORDENADORIA DE LICITAÇÕES:** Telefone: (21) 96864-7374; E-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br.
- **AGENDAMENTO DE VISITA:** Através do Sr. Eduardo Luiz Grenteski, por meio dos telefones +55 (21) 2174-7289, +55 (21) 2174-7394, e +55 (21) 2174-7134, ou pelo contato de e-mail: ac.dsim@navbrasil.gov.br;
- **A NAV Brasil utilizará o portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) - <https://www.gov.br/compras/pt-br> - para realização desta licitação.**
- A participação neste procedimento licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao Licitante, inclusive sócios, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela NAV Brasil, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela NAV Brasil dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.
- **Para fins de apresentação das propostas, os licitantes deverão adotar como referência as cotações das moedas estrangeiras vigentes em 02/03/2026, a saber: 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,1995 Real/BRL; e 1 Euro/EUR = 6,0725 Real/BRL. (Fonte: Banco Central do Brasil).**

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Diretoria de Administração
Gerência de Compras e Contratos
Coordenadoria de Licitações
Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ
CEP 20.021-130
HOME PAGE: <http://www.navbrasil.gov.br/licitacoes>

SUMÁRIO

Licitação Eletrônica nº 90011/2026

PREÂMBULO

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE ENTREGA ...	6
2. DO OBJETO.....	6
3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL	8
4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	8
5. DO CREDENCIAMENTO	9
6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	9
7. DOS LICITANTES ESTRANGEIROS.....	13
8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	14
9. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO.....	14
11. DA SUBCONTRATAÇÃO.....	14
12. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	14
13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	15
14. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	16

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

15. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO.....	20
16. DA REFERÊNCIA DE TEMPO.....	20
17. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO	20
18. DA NEGOCIAÇÃO.....	27
19. DA FASE DE HABILITAÇÃO	28
20. DOS RECURSOS	36
21. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	38
22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	38

SEÇÃO III – DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

23. DO TERMO DE CONTRATO	38
24. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO	39
25. DA GARANTIA DOS MATERIAIS	39
26. DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES.....	41
27. DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	41
28. DO REAJUSTE DE PREÇOS	41
29. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	41
30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.....	41
31. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO	42
32. DO PAGAMENTO	42
33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	43
34. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO.....	43
35. DA MATRIZ DE RISCO.....	44
36. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)	44
37. DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE.....	44

SEÇÃO IV – DO ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO, DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS ANEXOS

38. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	45
39. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	45
40. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	46
41. DOS ANEXOS	47

EDITAL**LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 90011/2026**

Torna-se público que a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Av. General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, representada pela sua COMISSÃO DE LICITAÇÃO, designada pelo Ato Administrativo Nº SD-AAA-2026/00004, de 07 de janeiro de 2026, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SD-ADM-2025/01774, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, realizará licitação, na **modalidade de licitação pela lei nº 13.303/2016**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**, sob a forma de execução **INDIRETA**, no regime **SEMI-INTEGRADO**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, sob as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC, disponível no sítio eletrônico <https://www.navbrasil.gov.br/institucional/base-juridica> e exigidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

O encaminhamento da proposta de preços terá início com a divulgação do Aviso de Edital no sítio do Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br> -, até as 08:59 horas do dia **08/06/2026**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo os documentos necessários à habilitação encaminhados para análise da Comissão de Licitação, no prazo estabelecido neste edital, após solicitação pelo sistema eletrônico.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília/DF.

O presente edital foi aprovado, nos termos do art. 6º, inciso II, c/c art. 35, § 8º, ambos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil (Ato Normativo SEDE nº 9, de 12 de maio de 2023), pelo seu Setor Jurídico, por meio do Parecer nº SD-PJU-2026/00015, inserto no Processo Administrativo nº SD-ADM-2025/01774.

Data da sessão: 08/06/2026

Horário: 09:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE ENTREGA

- 1.1. Modalidade de licitação: **Lei nº 13.303/2016**;
- 1.2. Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação;
- 1.3. Regime de Execução: **SEMI-INTEGRADO**;
- 1.4. Critério de Julgamento: **TÉCNICA E PREÇO**;
- 1.5. Modo de disputa: **FECHADO**; e
- 1.6. Forma de entrega: **PARCELADA**.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para fornecimento, instalação, comissionamento e homologação do **Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais**, para a Torre de Controle Digital da Dependência da NAV Brasil em Ribeirão Preto/SP (DNRP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.
- 2.2. A contratação observará as seguintes etapas, conforme detalhado na tabela abaixo:

ITEM	ETAPAS	DESCRIÇÃO
01	01	Fornecimento do Sistema de Vigilância Visual - hardware, incluindo todas as câmeras, monitores, ativos de rede (switches, distribuidores óticos, dentre outros), servidores e todos os outros componentes básicos do sistema, além das licenças de software.
	02	Fornecimento do Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo -hardware, incluindo todos os microfones, alto falantes, ativos de rede (switches, distribuidores óticos, dentre outros), e demais equipamentos necessários ao funcionamento do sistema, além das licenças de software.
	03	Instalação, comissionamento e auxílio no processo de homologação dos conjuntos de hardware/software e demais equipamentos pertencentes aos Sistemas de Vigilância Visual e de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo, incluindo o fornecimento de todos os materiais (mastros e suporte das câmeras) e demais acessórios para o correto desempenho do sistema.

	04	Fornecimento das Consoles Operacionais – todo o mobiliário, equipamentos e seus acessórios.
	05	Instalação e comissionamento dos consoles operacionais.
	06	Implantação de rede lógica - instalação, teste e comissionamento, incluindo o fornecimento de todos os materiais (rede de dutos, cabos metálicos, fibras óticas, <i>patch panel</i> e outros ativos de rede distintos aos já fornecidos nos Sistemas de Vigilância Visual, e de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo) e demais acessórios para correto desempenho do sistema.
	07	Implantação de Subsistema de Proteção Contra Sobreensões - Instalação, testes e comissionamento com fornecimento de todos os materiais (dispositivo de proteção contra surtos, aterramento, cabos, conectores etc.) e demais acessórios para o correto desempenho do sistema.
	08	Implantação de Subsistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - Instalação, testes e comissionamento com fornecimento de todos os materiais (para-raios, cabos, conectores, etc.) e demais acessórios para o correto desempenho do sistema.
	09	Frete (internacional e nacional).
	10	Fornecimento de documentação técnica e suporte necessário até a conclusão do processo de aceitação do sistema. Documentação técnica - Elaboração, aprovação e fornecimento de Relatório Técnico, Projeto Executivo, Manuais, Apostilas, <i>As-Installed</i> e Prancha de Desenho.
	11	Operação Inicial Assistida.
	12	Treinamento dos ATCO e Técnicos de Manutenção.
	13	Garantia de funcionamento.

2.3. A licitação será realizada sob a forma de um único item.

2.4. O objeto licitado não se caracteriza como bem ou serviço comum, pois apresenta especificações técnicas complexas e demanda soluções personalizadas, não sendo possível desta forma encontrar no mercado solução padronizada.

2.5. A contratação inclui o fornecimento de todos os componentes e serviços necessários para sua operação, sendo a aquisição realizada em um único item.

2.6. O critério de julgamento adotado para a escolha da proposta mais vantajosa será **técnica e preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2.6.1. Não serão admitidos preços superiores aos valores estimados pela NAV Brasil.

2.6.2. A licitação admitirá a participação de empresas estrangeiras em igualdade de condições com as nacionais, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, visando a ampla competitividade para a execução do objeto.

2.7. As propostas deverão ser formuladas contemplando todos os custos inerentes ao item e apresentadas para todo o período de vigência contratual, que equivale ao total de 596 (quinhentos e noventa e seis) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Termo de Contrato.

2.8. Havendo divergência entre o cadastro no Sistema e o Edital, prevalecerá o Edital e seus anexos.

3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

3.1. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados:

3.1.1. De forma eletrônica e sem ônus, nos sites de licitações da NAV Brasil, no endereço: www.navbrasil.gov.br/licitacoes;

3.1.2. Pelo Portal de Compras do Governo Federal, no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

3.1.3. Impresso, no Protocolo da NAV Brasil, localizada na Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, mediante o preenchimento e assinatura do Protocolo de Entrega (ver anexo IV do Edital).

3.2. A empresa interessada deverá credenciar representante para retirar o Edital.

3.3. Após a entrega do Edital, a área financeira da NAV Brasil emitirá boleto bancário, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que será encaminhado ao endereço eletrônico informado pela empresa no Protocolo de Entrega.

3.3.1. A ausência do pagamento do boleto no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

3.4. Eventuais solicitações de cópias de documentos relativos a este processo licitatório deverão ser direcionadas à área de licitações no e-mail licitacoes@navbrasil.gov.br, que informará os valores e procedimentos para pagamento e obtenção das cópias.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios, consignados no Programa de Dispêndios Globais (PDG) da NAV Brasil, conforme declaração de disponibilidade orçamentária presente no correspondente Processo Administrativo.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados no presente certame, na sua forma eletrônica.
- 5.2. O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, site www.gov.br/compras.
- 5.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 5.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este certame.
- 5.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da empresa promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, poderá participar desta licitação qualquer empresa nacional ou estrangeira, individualmente ou em consórcio, que seja especializada no fornecimento, instalação, comissionamento e homologação do **Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais**, e que atenda integralmente aos requisitos técnicos, operacionais, de qualificação econômico-financeira, habilitação jurídica e demais exigências estabelecidas no Projeto Básico.
- 6.2. Para participação, a empresa nacional ou estrangeira deverá estar previamente credenciada

no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

6.2.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

6.2.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

6.3. A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação, à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei nº 13.303/2016 e no RILC da NAV Brasil.

6.4. **NÃO poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:**

6.4.1. Pessoa jurídica proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.4.2. Entidades declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme disposto no art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016;

6.4.3. Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação, exceto para contratações integradas quanto ao projeto básico;

6.4.4. Pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou projeto básico da licitação, exceto para contratações integradas quanto ao projeto básico;

6.4.5. Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante, exceto, quanto ao projeto básico, nas contratações integradas;

6.4.6. Pessoa jurídica cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da NAV Brasil;

6.4.7. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

6.4.8. Pessoa jurídica declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

6.4.9. Pessoa jurídica constituída por administrador que seja sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.4.10. Pessoa jurídica constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.4.11. Pessoa jurídica cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.4.12. Pessoa jurídica constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.4.13. Pessoa jurídica cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.4.14. Pessoa jurídica que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

6.4.15. Pessoa jurídica cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 6 (seis) meses;

6.4.16. Quem não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

6.4.17. Pessoa física não enquadrada como empresa individual, equiparada à pessoa jurídica, nos termos do § 1º do art. 162 do Decreto n.9.580, de 22 de novembro de 2018;

6.4.18. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.4.19. Pessoa jurídica cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;

6.4.20. Pessoa jurídica sob falência ou insolvência civil;

6.4.21. Pessoa jurídica submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

6.4.22. Pessoas que estejam reunidas sob a forma de cooperativas, conforme disposto no Projeto Básico.

6.5. O impedimento de que trata o item 6.4.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público da empresa contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.7. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

6.7.1. Detentor de emprego em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

6.7.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito desta empresa pública.

6.8. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de emprego em comissão ou função de confiança nesta empresa pública.

NOTA: considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).

6.9. Como condição para participação na licitação, nos termos do “ANEXO I – Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação”, no cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.9.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos, incluindo, se aplicável, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

6.9.2. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.9.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

6.9.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.9.5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

6.10. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta de preços.

6.11. A participação na presente licitação implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e nos anexos deste Edital.

7. DOS LICITANTES ESTRANGEIROS

7.1. Considerando a natureza e a complexidade do objeto e conforme o constante no item 7 do Projeto Básico, a licitação admitirá a participação de empresas estrangeiras em igualdade de condições com as empresas nacionais, visando à ampla competitividade e à obtenção de melhores condições econômica.

7.2. As empresas estrangeiras que não funcionem no País poderão participar diretamente do certame, devendo estar cadastradas, ao menos, no Nível I do SICAF, em observância ao que prevê o artigo 20-A da Instrução Normativa nº 3/2018 (acrescentado pela IN nº 10/2020).

7.2.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão nomear representantes legais no Brasil, pessoas físicas ou jurídicas, com poderes expressos para receber citação, intimação e responder administrativa e/ou judicialmente, especialmente pelos atos decorrentes do procedimento licitatório e da futura contratação prevista neste Edital.

7.3. As empresas estrangeiras que funcionem no País, autorizadas por decreto do Poder Executivo, devem se cadastrar no SICAF com a identificação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nos termos do artigo 20-B da Instrução Normativa nº 3/2018 (acrescentado pela IN nº 10/2020).

7.4. Os licitantes estrangeiros também poderão participar por meio de cadastro no SICAF como Fornecedor Estrangeiro.

7.5. É vedada às empresas estrangeiras a declaração de enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

7.6. Os licitantes estrangeiros deverão observar as regras próprias para preenchimento da proposta, constantes neste Edital.

7.7. Para a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, mediante apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7.1. Os documentos de habilitação da empresa estrangeira não poderão ser substituídos por documentos de eventual empresa nacional representante.

7.8. As empresas estrangeiras que não puderem apresentar a documentação exigida no Projeto Básico, por força de legislação específica de País de origem do licitante, deverão apresentar declaração informando a impossibilidade de atendimento aos mesmos, junto com a legislação que determine a impossibilidade e autenticada pelo respectivo consulado, podendo ser de livre tradução para o português brasileiro ou traduzida por tradutor juramentado no Brasil (seguir o modelo do "ANEXO VIII – Declaração de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação").

7.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por

tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

8.1. Será admitida a participação de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), contudo, nos termos do item 26 do Projeto Básico, concorrerão em igualdade de condições com os demais licitantes, sem a aplicação dos benefícios ou tratamentos diferenciados previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Não será admitida a participação de cooperativas, conforme estabelecido no item 25 do Projeto Básico, anexo a este Edital.

10. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO

10.1. Será admitida a participação de consórcios, nas condições estabelecidas no item 24 do Projeto Básico, anexo a este Edital.

10.2. A habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.3. Os licitantes, que pretendam se associar na forma de consórcio, deverão apresentar o correspondente “Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio”, subscrito pelos partícipes com a indicação da empresa líder, conforme o **Apêndice VII** do Projeto Básico.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Conforme item 23 do Projeto Básico, será permitida a subcontratação dos serviços especificados no seu **Apêndice I**, excetuando-se aqueles itens referentes ao *hardware*, *software* e instalação do Sistema de Vigilância Visual e do Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo, documentação técnica, treinamentos e operação inicial assistida, limitando estes itens à 30% (trinta por cento) do valor global do contrato.

12. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

12.1. O orçamento estimado para esta contratação é de R\$ 22.352.776,32 (vinte e dois milhões trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos).

12.1.1. Não se admite quaisquer acréscimos sobre os preços unitários e globais estimados.

13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas e de julgamento, em observância ao artigo 51 da Lei nº 13.303/2016.

13.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de preço e as propostas técnicas, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

13.3. Caso seja disponibilizado no sistema, no cadastramento das propostas, o licitante declarará, em campo próprio, que preenche os requisitos para participação na licitação indicados no item 6.9. do Edital.

13.4. Além das exigências relativas à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL FEDERAL E TRABALHISTA, e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA elencadas na Seção II – “Das Disposições Gerais da Licitação”, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

13.4.1. Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, assinada obrigatoriamente pelo representante legal da licitante, com as informações constantes no modelo constante do **Anexo I** deste Edital;

13.4.2. Declarações Exigíveis para a Licitação, conforme modelo do **Anexo II** deste Edital;

13.4.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital;

13.4.4. Declaração de Tratamento de Dados Pessoais (LGPD), de acordo com o modelo do **Anexo V** deste Edital;

13.4.5. Modelo do Termo de Confidencialidade e Sigilo, de acordo com o modelo disponibilizado no **Anexo VI** deste Edital;

13.4.6. Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil, de acordo com o modelo disponibilizado no **Anexo VII** deste Edital;

13.4.7. Para o caso de empresas estrangeiras que não funcionem no país, Declaração de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação, conforme modelo do **Anexo VIII** deste Edital;

13.4.8. Carta de Apresentação de Proposta, na forma do modelo disponível no **Anexo IX** deste Edital;

13.4.9. Proposta de preços consolidada, conforme modelo do **Anexo X** deste Edital, em conjunto com os modelos disponibilizados nos **Anexos XI e XII** do Edital, conforme o caso;

13.4.10. No caso de constituição de consórcio, Termo de Compromisso de Consórcio, em conformidade com o modelo do **Apêndice VII do Projeto Básico**;

13.4.11. Declaração de Conhecimento das Condições e Locais para Realização dos Serviços, conforme modelo proposto no **Apêndice VIII do Projeto Básico**, ou Declaração de visita à localidade, conforme modelo constante no **Anexo I do Projeto Básico**;

13.4.12. Planilha de Preços do Projeto, de acordo com o modelo constante no **Apêndice X do Projeto Básico**; e

13.4.13. Formulário de Pontuação para os Critérios Técnicos, consoante **Apêndice XI do Projeto Básico**.

13.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

13.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

13.9. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo mínimo de 2 (duas) horas.

13.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.10.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de técnica, sua proposta de preços, os documentos de habilitação e as informações prestadas.

13.10.2. O licitante também estará sujeito a eventuais sanções decorrentes de sua conduta.

13.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

14. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

14.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, com o preenchimento do **“Apêndice XI – Formulário de Pontuação para os Critérios Técnicos”**, observando

os critérios técnicos que constam no **“Apêndice XII – Metodologia para Cálculo da Pontuação – Técnica e Preço”**, ambos instrumentos do Projeto Básico.

14.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

14.2.1. O **Valor GLOBAL** para todo o período de vigência contratual, abrangendo a integralidade dos custos de fornecimento dos equipamentos, materiais, obras de infraestrutura, instalação, fretes, seguros e demais serviços correlatos, considerando a execução na modalidade semi-integrada.

14.3. Para fins de registro de proposta de preço no sistema, as empresas (nacional e internacional) deverão seguir os modelos de proposta de preço disponibilizados pela administração, devendo observar o **“Anexo X – Modelo de Proposta – Versão Consolidada”**, que consta no Edital, bem como observar a necessidade de fazer consta na proposta de preços

14.3.1. Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras na proposta de preços;

14.3.2. Para Licitantes Brasileiros: Deverá ser preenchido o quadro "MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SISTEMA NACIONAL", com a discriminação da NCM, alíquotas de PIS, COFINS, IPI e a alíquota de referência de 18% para o ICMS;

14.3.3. Para Licitantes Estrangeiros: Deverá ser apresentado o quadro "MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SISTEMA DE IMPORTAÇÃO", com a discriminação dos valores na moeda de origem, frete internacional, seguro e os custos de nacionalização para fins de equalização;

14.3.4. A não apresentação das planilhas detalhadas por localidade ou o seu preenchimento em desacordo com as regras de equalização definidas no **“Anexo XI - Modelo de Proposta (Proposta para Equipamento Nacional ou Nacionalizado)”** ou no **“Anexo XII - Modelo de Proposta (Proposta para Equipamento Estrangeiro)”**, ambos do Edital, poderá ensejar a desclassificação da proposta;

14.3.5. Não poderá ser oferecida proposta de preços em quantitativo inferior ao previsto para a contratação.

14.4. A proposta de preços será cadastrada em Real, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora limites para recebimento, acompanhada das seguintes informações:

14.4.1. Descrição do objeto, contendo as informações em conformidade com as especificações constantes do Projeto Básico;

a) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

14.4.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa), a contar da abertura da sessão;

- a) Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos para efeito do seu julgamento;
- b) O prazo de que trata a alínea anterior poderá ser estendido, porém a ocorrência dessa hipótese não propiciará qualquer vantagem sobre as demais licitantes.

14.5. Considerando a possibilidade de que as propostas comerciais apresentadas pelos licitantes contemplem componentes de execução nacional e/ou internacional, será apurado, para fins de avaliação e classificação, um Preço Final para Julgamento, obrigatoriamente expresso em Reais (BRL), aplicável a todas as propostas.

14.6. O licitante **nacional** ou **estrangeiro** poderá apresentar sua proposta em Real, Euro, Dólar Americano, ou outra moeda, contudo, para cadastramento no sistema, é necessário informar o valor em Real.

14.6.1. Para cadastramento no sistema eletrônico, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda Brasileira (Real - R\$) à taxa de câmbio PTAX de venda do dia 02/03/2026, que consta no site <https://www.bcb.gov.br/>, conforme disposto nas INFORMAÇÕES IMPORTANTES deste Edital.

14.6.2. Para fins de registro de proposta e lance no sistema, as empresas (nacional e internacional) deverão seguir os modelos de proposta/lance disponibilizados pela administração (Apêndice X do Projeto Básico e Anexo X do Edital).

14.7. O licitante estrangeiro, no cadastramento da proposta, deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme valor de "J" do **"Anexo XII - Modelo de Proposta (Proposta para Equipamento Estrangeiro)"**.

14.8. O licitante brasileiro, no cadastramento da proposta no sistema eletrônico, deverá considerar o valor unitário com impostos, conforme valor de "J" do **"Anexo XI - Modelo de Proposta (Proposta para Equipamento Nacional ou Nacionalizado)"**.

14.9. A proposta apresentada deverá considerar incluídas no(s) valor(es) proposto(s) todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente no custo para execução do objeto a ser contratado, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores, conforme especificações constantes nos apêndices deste Edital e em conformidade com as especificações constantes do Projeto Básico.

14.9.1. Consideram-se despesas, por exemplo, todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

14.9.2. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, por exemplo, os valores providos com o quantitativo de vale transporte e alimentação, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, em observância ao artigo 32 da Lei nº 13.303/2016;

14.9.3. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, conforme preconizado pelos artigos. 31 e 32 da Lei nº 13.303/2016.

14.10. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

14.11. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

14.11.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

14.11.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente e haverá glosa, quando do pagamento, para fins de total ressarcimento do débito.

14.12. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar à Comissão de Licitação ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

14.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha e/ou proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.14. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, se for aplicável à hipótese.

14.15. Os licitantes devem respeitar os preços máximos, para os valores unitários e global, estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

14.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos orçados pela Administração.

14.16.1. Serão desclassificadas as propostas de preço cujos valores globais e unitários permaneçam superiores aos estimados pela NAV Brasil.

14.17. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

14.18. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, de modo que todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

15. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

15.1. No dia e horário previsto para abertura da sessão, conforme disposto na folha de rosto deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando da Comissão de Licitação, com a utilização de sua chave de acesso e senha.

15.2. O licitante deverá observar a data e horário previsto para abertura da sessão pública, conforme disposto na folha de rosto deste Edital.

15.3. Se na data indicada para abertura da sessão pública não houver expediente na NAV Brasil, a abertura da licitação fica transferida para o primeiro dia útil seguinte, observados o mesmo local e horário.

16. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

16.1. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

17.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

17.2. Iniciada a sessão pública, a Comissão de Licitação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do capítulo “20– DOS RECURSOS”.

17.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item acima deve ser comunicada tempestivamente pela Comissão de Licitação, via sistema.

17.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Licitação e os licitantes.

17.3.1. Os documentos consultados pela Comissão de Licitação também serão disponibilizados no referido portal.

17.4. Havendo necessidade, a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata

17.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Comissão de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

17.5.1. Após a suspensão da sessão pública, a Comissão de Licitação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o reinício.

17.5.2. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes da licitação eletrônica, bem como para toda a sociedade.

17.6. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

17.7. A Comissão de Licitação verificará as condições de participação no certame, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros abaixo elencados:

17.7.1. SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores;

a) também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto

17.7.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União ([Consulta de Sanções | Portal da Transparência do Governo Federal](#));

17.7.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

17.7.4. Lista de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

17.7.5. Certidão conjunta emitida pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>), conforme as Leis nº 13.303/2016 e 12.846/2013.

17.8. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

17.8.1. A consulta aos cadastros quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do artigo 12 da citada lei.

17.9. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

17.9.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

17.9.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

17.9.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

17.10. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

17.11. Verificadas as condições de participação e de eventual utilização do tratamento favorecido, a Comissão de Licitação realizará, em conjunto com a equipe técnica designada, a verificação da conformidade das propostas.

17.12. Serão desclassificadas as propostas que:

17.12.1. contiverem vícios insanáveis;

17.12.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

17.12.3. apresentarem preços inexequíveis;

17.12.4. cujos valores globais e unitários permaneçam superiores aos estimados pela NAV Brasil;

17.12.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

17.12.6. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

17.13. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

17.14. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, com o preenchimento do **“Apêndice XI – Formulário de Pontuação para os Critérios Técnicos”**, observadas as regras e as condições previstas no **“Apêndice XII – Metodologia para Cálculo da Pontuação – Técnica e Preço”**, ambos instrumentos do Projeto Básico.

17.15. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela equipe técnica designada.

17.16. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NT = 100 * (T1 / T2)$$

Onde:

T1 = Pontuação técnica atribuída ao licitante;

T2 = Máxima pontuação técnica atribuída entre todos os licitantes classificados

17.17. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas a Comissão de Licitação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

17.18. As propostas deverão observar o **“Anexo X – Modelo de Proposta”**, que consta como anexo do Edital.

17.19. Além da proposta de preços, o licitante deverá apresentar os seguintes anexos que a integram:

17.19.1. Anexo XI do Edital, para o caso de licitante brasileiro;

17.19.2. Anexo XII do Edital, para o caso de licitante estrangeiro;

17.19.3. Apêndice X do Projeto Básico (Planilha de Preços do Projeto).

17.20. A proposta de preço deverá:

17.20.1. Ser redigida, obrigatoriamente, em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

a) Os demais documentos que compõem a proposta (folder, panfleto, manual etc., caso existam), se estrangeiros, deverão estar acompanhados de tradução livre.

17.20.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, se for o caso, devidamente ajustada à proposta vencedora, em conformidade com o modelo do Projeto Básico.

17.20.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.21. Os preços deverão ser expressos em Real, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

17.21.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.22. A proposta de preço para equipamento importado (**Anexo XII - Modelo de Proposta para Equipamento Estrangeiro**, do Edital), apresentada por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão estar equalizadas, isto é, estar acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

17.22.1. Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), IPI, PIS e COFINS.

17.23. Em caso de aceite da proposta apresentada por licitante estrangeiro, para fins de definição se está ou não acima do estimado e visando a adjudicação, a Comissão de Licitação realizará a negociação para compatibilizar o valor de referência na celebração do contrato, conforme valor de "J" do **Anexo XII - Modelo de Proposta (Proposta para Equipamento Estrangeiro)**, do Edital, com o escopo de suprimir o percentual acrescentado quanto à equalização.

17.24. A Proposta Comercial englobará todas as despesas relativas ao objeto da presente licitação, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras e transporte até a localidade de destino.

17.24.1. Quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da vencedora conforme estabelecido no item 9.2. do Projeto Básico, e em se tratando de item importado, a entrega deverá ser realizada diretamente no ambiente indicado pela NAV Brasil, observando-se as condições de entrega definidas no item 9.2 do Projeto Básico.

17.24.2. Caberá à licitante vencedora assumir integralmente a responsabilidade operacional e os custos relativos à execução do serviço de desembaraço aduaneiro e ao transporte interno até o destino, excetuando-se apenas o pagamento dos impostos de importação, o qual será realizado diretamente pela NAV Brasil, nos termos do item 9.2. do Projeto Básico.

17.25. No caso de licitante brasileiro, o valor proposto pelo licitante, para determinar se está ou não acima do valor máximo estabelecido pela Administração, é o valor real de sua proposta, incluindo todos os impostos e despesas necessárias até a entrega final do objeto, conforme o caso e o

enquadramento da empresa. Portanto, visando identificar se o valor está dentro do estimado, e para prosseguir com o julgamento, deverão ser observados os reais percentuais tributários.

17.26. No caso de licitante estrangeiro, o valor proposto pelo licitante, para determinar se está ou não acima do valor máximo estabelecido pela Administração, é o valor real de sua proposta, ou seja, deverá considerar todas as despesas necessárias até a entrega final do objeto. Portanto, visando identificar se o valor está dentro do estimado, e para prosseguir com o julgamento, serão verificados os reais percentuais dos tributos, aplicando-se as imunidades garantidas pela importação indireta.

17.27. Não será aceita proposta com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando envolverem materiais ou equipamentos de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, expressamente, a parcela ou totalidade da remuneração.

17.28. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.29. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17.30. Será verificada a observância quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

17.31. Em contratação de obras e serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

17.31.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

17.31.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

17.31.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado; ou
- b) valor do orçamento estimado.

17.32. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de

esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

17.32.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

17.33. Não constituem motivo para a desclassificação erros no preenchimento da proposta e/ou no preenchimento da Planilha de Preços do Projeto. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

17.33.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

17.34. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e/ou exequibilidade da proposta, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

17.34.1. A Comissão de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da NAV Brasil ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

17.35. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$\mathbf{NP = 100 * (P1 / P2)}$$

Onde:

P1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

P2 = Valor global proposto pelo licitante

17.36. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{NF = (60 * NT + 40 * NP) / 100}$$

Onde:

NF = Nota final do licitante;

NT = Nota da proposta técnica do licitante;

NP = Nota da proposta de preço do licitante.

17.37. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 17.2. e 17.2.1., o sistema ordenará e divulgará

as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante

17.38. Havendo eventual empate entre Notas Finais (NF), deverão ser utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

17.38.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

17.38.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

17.38.3. Critérios estabelecidos no art. 55 da Lei nº 13.303/2016, ou em legislação específica para cada tipo de objeto a ser contratado; e

17.38.4. Sorteio.

17.39. Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios anteriores ao sorteio, este último será realizado em ato público, mediante comunicação formal do dia, hora e local, feita com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, no próprio ambiente eletrônico da licitação, no Chat de Mensagens.

17.39.1. Com base no Acórdão TCU nº 723/2024, o sorteio é o último critério de desempate, vedado qualquer outro processo.

17.39.2. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam os interessados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

17.40. Encerrada a etapa de análise das propostas, a Comissão de Licitação examinará a proposta de preço classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, devendo buscar a negociação de condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

18. DA NEGOCIAÇÃO

18.1. Encerrada a etapa de análise das propostas, a Comissão de Licitação tentará negociar condições de preço mais vantajosas com o primeiro colocado ou com licitante passe a ocupar essa posição em decorrência de desclassificação.

18.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta de preço permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

18.2.1. Se mesmo depois de adotada a providência referida no *caput* não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será homologada como fracassada.

18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

18.5. A Comissão de Licitação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

18.5.1. Nesse momento, também poderão ser solicitados os documentos de habilitação e demais anexos exigidos pelo Edital;

18.5.2. O licitante deve verificar a exigência de outros documentos que integrem a proposta, a fim de apresentá-los.

18.6. A Comissão de Licitação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

18.7. A Comissão de Licitação concederá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

18.8. É facultado à Comissão de Licitação prorrogar os prazos estabelecidos, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

18.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

18.9.1. O proponente será considerado desclassificado no caso de a proposta de preços não atender as exigências previstas no Edital e seus anexos, momento em que a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do presente Edital.

18.9.2. Nessa hipótese, deverá ser observada as disposições do item “18 – DA NEGOCIAÇÃO”.

19. DA FASE DE HABILITAÇÃO

19.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, considerando os termos do artigo 58 da Lei nº 13.303/2016.

19.2. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

19.3. Além das disposições previstas nesta fase, as empresas estrangeiras que não funcionem no País devem observar o disposto no item 7 do Edital.

19.4. Além das disposições previstas nesta fase, para as empresas reunidas em consórcio deve ser observado o disposto no item 10 do Edital.

19.5. A comprovação do cumprimento das exigências relativas à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL FEDERAL E TRABALHISTA, pelo licitante classificado em primeiro lugar, poderá feita mediante verificação dos níveis validados, por meio de consulta “on-line”, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (disponibilizado pelo Governo Federal), caso a empresa possua cadastro válido.

19.5.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

19.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

19.5.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

19.5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

19.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência à legislação vigente.

19.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital.

19.7.1. Nessa hipótese, a verificação será feita mediante a apresentação dos documentos elencados nos itens subsequentes.

19.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) No caso de empresário individual, deverá apresentar o ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária, incluindo, a Sociedade Limitada Unipessoal - SLU (antiga Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI), deverá ser

apresentado o respectivo ato constitutivo, qual seja: estatuto social, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou, devidamente publicada, conforme §1º do art. 135 da Lei nº [6.404/1976](#) ou contrato social devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e/ou diretores;

d) A sociedade empresária estrangeira em funcionamento no Brasil, deverá apresentar o respectivo Decreto de autorização, em observância ao art. 1.134 e parágrafo único do art. 1.135, ambos da Lei nº [10.406/2002](#) e art. 1º da [Instrução Normativa DREI nº 77/2020](#);

e) No caso de Sociedade Simples, apresentação do ato constitutivo, devidamente registrado e arquivado, na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

f) Em substituição aos atos constitutivos acima citados, caso a pessoa jurídica tenha registrado alteração contratual, deverá apresentar a última alteração, com a respectiva consolidação, devidamente registrada e arquivada, na Junta Comercial da respectiva sede ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

19.8.1. Quando a licitante for sucursal, filial ou agência, deverá apresentar o Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, devidamente averbado, conforme art. 969 e art. 1000 da Lei nº [10.406/2002](#).

19.8.2. Os documentos acima deverão estar em vigor na data da apresentação para o certame.

19.8.3. Na hipótese de participação de sociedade empresária estrangeira que não funcione no país, devem ser observados os regramentos que constam no item 7 do Edital, devendo ainda ser apresentado:

a) Ato constitutivo - Documento equivalente ao contrato social ou estatuto, que comprove a existência legal da empresa no país de origem;

b) Declaração de funcionamento - Prova de que a empresa está em efetivo funcionamento, de acordo com as leis de seu país.

19.8.4. A empresa estrangeira não necessita possuir CNPJ ou um estabelecimento prévio no Brasil para participar da licitação, sendo exigência apenas para a assinatura do contrato. A obtenção do CNPJ é exigida apenas se a empresa vencer o certame e for assinar o contrato.

19.9. **REGULARIDADE FISCAL FEDERAL E TRABALHISTA:**

a) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

b) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal; e

d) Certificado de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

19.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

19.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

19.9.3. As empresas estrangeiras deverão comprovar a regularidade fiscal no país de origem.

19.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

19.10.1. Certidão negativa de falência ou insolvência civil, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da licitante, Justiça Comum;

19.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/ estatuto social.

NOTA: salvo para os licitantes estrangeiros que não funcionem no país, o Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou devidamente extraído do SPED – Sistema Público de Escrituração Contábil. Em se tratando de Sociedade Simples constituída nos termos dos artigos 997 e 998 do Código Civil, tais documentos deverão estar registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

19.10.3. O licitante deverá apresentar os índices de Liquidez e Endividamento, de modo que a comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

NOTA: as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

19.10.4. Os licitantes estrangeiros deverão apresentar documento emitido por órgão competente em seu país de origem, comprovando que não se encontra em processo de falência, concordata, dissolução ou liquidação, além de apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados de acordo com a legislação do país de origem da empresa.

19.11. Os licitantes deverão comprovar aptidão técnica, conforme os requisitos de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a seguir estabelecidos:

19.11.1. O licitante deverá apresentar registro ou inscrição da empresa junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), competentes da região a que estiver vinculada, em plena validade, que deverá ser mantida no momento da contratação. Para os licitantes internacionais serão aceitos comprovantes de registro ou inscrição dos órgãos assemelhados no país de origem do licitante. Entretanto, em caso de êxito no certame o licitante deverá obrigatoriamente providenciar registro nos conselhos nacionais para emissão da documentação pertinente ao projeto e constante neste Edital.

19.11.2. O licitante deverá apresentar comprovação de que a empresa tenha executado, satisfatoriamente, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, estrangeiras ou não, o fornecimento, transporte, instalação e comissionamento, no que se incluem os FAT e SAT, e operação dos Sistemas, conforme o “Apêndice I – Requisitos Técnicos” do Projeto Básico, sendo ponto identificado como a parcela de maior relevância, nos termos do item 5.1. do Projeto Básico.

19.11.3. Deverá haver a comprovação de fornecimento de pelo menos 1 (um) sistema com as características técnicas indicadas no “Apêndice I – Requisitos Técnicos” do Projeto Básico.

- a) Os atestados de capacidade técnica deverão comprovar a aptidão para a execução do objeto em características, escopo e prazos compatíveis com as especificações dos equipamentos elencados no Projeto Básico e seus apêndices;
- b) Os atestados deverão referir-se a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação;
- e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- f) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo excepcionalizadas os documentos em que haja a impossibilidade de fornecimento, por estarem entre às hipóteses de informações classificadas como sigilosas.

19.11.4. O licitante deverá apresentar declaração de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, Engenheiro de Telecomunicações, Eletrônica e/ou Elétrica devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

19.11.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo excepcionalizadas os documentos em que haja a impossibilidade de fornecimento, por estarem entre às hipóteses de informações classificadas como sigilosas.

19.11.6. O licitante deverá apresentar declaração assegurando que os equipamentos, materiais e serviços seguirão as normas elencadas no item 4 do Projeto Básico.

19.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de **VISTORIA** prévia.

19.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com o Sr. Eduardo Grenteski, por meio dos telefones +55 (21) 2174-7289, +55 (21) 2174-7394, e +55 (21) 2174-7134, ou pelo contato de e-mail: ac.dsim@navbrasil.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

a) O prazo para vistoria iniciar-se-á em 03 (três) dias úteis seguintes da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

19.12.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, o atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à quaisquer natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

19.12.3. O modelo de preenchimento é o que consta no “Apêndice VIII - Declaração de Conhecimento das Condições e Locais para Realização dos Serviços” e no “Anexo I - Declaração de visita à localidade”, ambos do Projeto Básico.

19.13. Na fase de habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos elencados no item 13.4. do Edital, em especial para verificar:

- a) se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) se o licitante apresentou, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) se o licitante apresentou declaração de adesão à política de transações com partes relacionadas da NAV Brasil;
- e) no caso de empresa estrangeira que não funcione no país, se o licitante apresentou declaração de impossibilidade de apresentação de documentos de habilitação;
- f) se o licitante apresentou proposta, em conformidade com o modelo disponibilizado no “Anexo X - Modelo de Proposta – Versão Consolidada”, em conjunto com os modelos disponibilizados no “Anexo XI - Modelo de Proposta Comercial para Sistema Nacional” e no “Anexo XII – Modelo de Proposta Comercial para Sistema de Importação de Equipamentos a serem adquiridos no Exterior”, todos anexos do Edital;
- g) se a licitante apresentou declaração de conhecimentos das condições e locais para realização dos serviços, ou declaração de visita à localidade.

19.14. A verificação pela Comissão de Licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

19.14.1. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos, bem como a verificação dos demais documentos de habilitação somente serão feitas em relação ao licitante vencedor;

19.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

19.15. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, ou não estejam nele contidos, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão de Licitação.

19.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item anterior, poderá ser admitida - desde que assegurada a isonomia do certame (princípio da isonomia) e mediante decisão fundamentada da Comissão de Licitação - a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, para:

19.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

19.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

19.16.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

19.16.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

19.17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

19.18. Antes de findo o prazo para envio de documentações de habilitação, o licitante poderá solicitar de forma fundamentada a sua prorrogação, que poderá ser deferida pela Comissão de Licitação.

19.19. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.20. Sempre que houver necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a

Comissão de Licitação suspenderá a sessão administrativamente, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

19.21. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

19.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo mínimo de 2 (duas) horas disposto no Edital.

19.23. No caso de ocorrer atraso na entrega dos documentos exigidos neste Edital, sem as justificativas aceitas pela Comissão de Licitação, ou na hipótese de apresentação daqueles em desacordo com as especificações previstas no instrumento convocatório, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas no Projeto Básico, podendo ser convocada outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação.

19.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos previstos no instrumento convocatório.

19.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

19.26. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

20. DOS RECURSOS

20.1. Em relação ao certame, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, em face de:

20.1.1. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação, credenciamento e cadastramento de interessados;

20.1.2. da declaração do vencedor;

20.1.3. anulação ou revogação do procedimento licitatório.

20.2. O presente procedimento licitatório terá fase recursal única, que se segue à habilitação do vencedor, salvo no caso de inversão de fases.

20.2.1. Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo de 5 (cinco) dias úteis será aberto após a habilitação e após o encerramento da verificação de efetividade das propostas,

abrangendo também atos decorrentes do julgamento, de modo que o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

20.3. Na fase recursal deverão ser analisados os recursos referentes ao julgamento das propostas e à habilitação do vencedor.

20.4. Os licitantes que desejarem apresentar os recursos em face do julgamento das propostas e/ou do ato de habilitação/inabilitação, deverão manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

20.4.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

20.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, tendo a recorrente, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo da recorrente.

20.5.1. As razões e contrarrazões recursais interpostas fora do prazo não serão conhecidas.

20.6. As razões e contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico licitacoes@navbrasil.gov.br até as 23h59min do último dia do prazo, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

20.6.1. As razões e contrarrazões recursais interpostas em desacordo com as condições deste Edital e seus anexos não serão conhecidas;

20.6.2. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou a outros endereços eletrônicos, e, que por essa razão, sejam intempestivas.

20.7. Será assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.8. Findo o prazo de contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manter ou reconsiderar sua decisão.

20.9. Caso a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida mantenha a sua decisão, o recurso será encaminhado para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.11. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

21.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

21.1.1. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente; ou

21.1.2. quando for anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

21.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

21.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico “*chat*” de acordo com a fase do procedimento licitatório.

22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos, caso interpostos, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO III – DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou outro instrumento equivalente.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Serviço/Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura - mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) - ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

23.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.4. A assinatura do Termo de Contrato ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.4.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

23.4.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 13.303/2016 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

23.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico e na minuta do Termo de Contrato.

23.6. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas e nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº [10.522/2002](#), consulta prévia ao CADIN.

23.6.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, antes da contratação.

23.6.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

23.7.1. Para a assinatura do contrato, as empresas estrangeiras deverão obter o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e as certidões brasileiras de regularidade fiscal e trabalhista, previstas no item 19.9. deste Edital.

23.8. Sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, é facultado à NAV Brasil, quando a licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não assinar o Contrato ou não apresentar a garantia de execução do contrato, retornar à fase de julgamento das propostas para examinar as propostas subsequentes, observada a ordem de classificação, para assinar o Contrato nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação.

23.8.1. Na hipótese de o outro licitante convocado comprovar os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, poderá assinar o contrato.

24. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

24.1. As regras acerca da garantia da execução são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do correspondente do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

25. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

25.1. A CONTRATADA deverá oferecer uma garantia de, no mínimo, 3 anos para todos os equipamentos, materiais e serviços relacionados no contrato. Esta garantia será contada a partir do término do período de operação assistida, observadas as disposições previstas no item 18 do Projeto Básico.

25.2. A CONTRATADA deverá garantir uma Assistência Técnica de boa qualidade com a disponibilidade de peças de reposição e tempo de resposta satisfatório, por um período mínimo de 10 anos, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, consoante o insculpido no item 18.1. do Projeto Básico.

25.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar peças de reposição e suporte técnico para todo o 'hardware' de fabricação própria e 'software', por um período mínimo de 10 anos.

25.2.2. Em caso de descontinuidade de peças de reposição e suporte técnico antes do prazo de 10 anos, a CONTRATADA deverá fornecer um documento, com antecedência mínima de 1 ano da ocorrência da descontinuidade, informando esse fato.

25.3. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, até a conclusão satisfatória de todos os Testes de Aceitação em Campo (SAT) do Sistema/Equipamento instalado, um "Manual de Garantia Técnica", encadernado e organizado em tópicos, contendo, na capa e na primeira folha, uma codificação para personalizar o Documento.

25.3.1. No Manual acima mencionado deverão estar detalhadas todas as informações relacionadas à estrutura de Garantia Técnica disponibilizada para a CONTRATANTE, bem como aos procedimentos necessários para ativar uma chamada de Garantia Técnica, como números de telefone, correio eletrônico, pessoa(s) de contato, acesso ao (help desk) etc., devendo abranger, entre outros, os aspectos discriminados no item 18.2. do Projeto Básico.

25.4. Todos os equipamentos, de fabricação própria, devem contar com a garantia da CONTRATADA, de que haverá continuidade de fabricação de componentes e de peças de reposição constantes na proposta comercial.

25.4.1. Caso haja descontinuidade de fabricação, a CONTRATADA deverá assegurar a disponibilização de componentes e peças de reposição no mercado por no mínimo 10 anos, contados a partir da instalação do sistema.

25.4.2. A CONTRATADA deverá providenciar, no início da vigência contratual, a entrega à NAV Brasil dos itens sobressalentes especificados na proposta comercial e formalmente acordados no contrato. Adicionalmente, deverá apresentar uma Lista Informativa de Peças Sobressalentes, ferramentas e acessórios, contendo as quantidades recomendadas com base na taxa média de falhas (MTBF) de cada equipamento, visando atender às demandas de manutenção durante um período de funcionamento contínuo de 10 (dez) anos do sistema.

25.4.3. A Lista Informativa de Peças Sobressalentes não deverá compor o valor da Proposta Técnico-Comercial, tampouco implicará em obrigatoriedade de aquisição por parte da NAV Brasil. A relação dos sobressalentes deverá incluir os preços unitários de cada item, suas respectivas especificações técnicas, nome do fabricante, codificação comercial, bem como cópias dos catálogos correspondentes.

25.5. As demais regras acerca da garantia dos bens/serviços são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do correspondente do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

26. DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES

26.1. A CONTRATADA deverá realizar treinamento de operação do Sistema para toda a equipe operacional da localidade, além de treinamento de manutenção, em turmas a serem definidas em conjunto com a Dependência da NAV Brasil em Ribeirão Preto/SP (DNRP) após a assinatura do Termo de Contrato, de forma que não sejam prejudicadas as operações cotidianas da localidade, devendo observar todas as previsões contidas no item 32.1. do Projeto Básico.

26.2. A equipe da CONTRATADA deverá acompanhar localmente os primeiros dias de funcionamento do Sistema, após a sua homologação, para apoio técnico à equipe da NAV Brasil e para monitorar a estabilidade da operação do sistema, observando as disposições, especificações e orientações descritas no item 32.2. do projeto Básico.

27. DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

27.1. Todo e qualquer PCEA a ser fornecido no âmbito deste contrato deverá, obrigatoriamente, ser submetido a um Processo de Avaliação de Conformidade, cuja conclusão satisfatória, atestada por meio do respectivo Documento de Avaliação de Conformidade, é condição indispensável para o recebimento e implantação do equipamento pela NAV Brasil.

27.2. Os tipos aceitos de Avaliação da Conformidade estão previstos no item 37.1. do Projeto Básico.

27.3. As demais regras e exigências em relação à Avaliação de Conformidade se encontram previstas no item 37 e subitens 37.1., 37.2., 37.3., 37.4. e 37.5., ambos do Projeto Básico.

28. DO REAJUSTE DE PREÇOS

28.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico e na Minuta de Termo de Contrato, anexos a este Edital.

29. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

29.1. Os critérios de aceitação, execução do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico e Minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

30.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

30.2. Dentre outras obrigações, a contratada obriga-se a:

- a) Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;
- b) Cumprir a legislação e a regulamentação relativa à prevenção e ao combate à corrupção;
- c) Não utilizar, de qualquer forma, trabalho infantil ou escravo;
- d) Adotar boas práticas de sustentabilidade e preservação ambiental; e
- e) Conhecer o Código de Ética, Conduta e Integridade da NAV Brasil, bem como o Programa de Integridade.

31. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

31.1. A medição da qualidade dos serviços prestados e bens fornecidos pela CONTRATADA será realizada mediante a verificação dos Relatórios de Medição, Testes de Aceitação (FAT e SAT) e Termos de Recebimento, conforme as regras de medição e critérios de pagamento por etapas estabelecidos nas Seções 12 e 13 do Projeto Básico.

32. DO PAGAMENTO

32.1. Os pagamentos ocorrerão seguindo a subdivisão de blocos apresentada na seção 12.3 do Projeto Básico, os quais serão realizados somente quando todos os itens de cada um dos blocos estiverem completos e verificados pela equipe de fiscalização, conforme os ritos estabelecidos no Projeto Básico, sendo necessário apresentar os relatórios em conformidade com o previsto nas seções 12.1 e 12.2 do Projeto Básico.

32.1.1. A garantia de funcionamento será paga em três parcelas, as quais serão referentes a um ano de vigência, sendo a primeira delas realizada logo após a aceitação dos Sistemas.

32.1.2. Como os valores dos equipamentos compõem parcela significativa do valor global do contrato, que esses serão adquiridos pela CONTRATADA no início do empreendimento, e ainda, que o seu respectivo pagamento ocorrerá vários meses após, a CONTRATANTE, buscando viabilizar a realização da implantação, poderá antecipar o pagamento de 20% do valor do 1º bloco do item 12.3. do Projeto Básico, a título de adiantamento, após a emissão da Ordem de Serviço, mediante cumprimento das regras contratuais de seguro.

32.1.3. A antecipação de que trata o subitem anterior deverá ser requerida pela CONTRATADA mediante a apresentação de garantia caucionária específica, correspondente ao valor do adiantamento, com prazo de vigência igual ao da entrega dos equipamentos, acrescidos de 60 (sessenta) dias consecutivos. A garantia será liberada após a emissão do documento de entrega e aceitação pela FISCALIZAÇÃO.

32.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

32.3. O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado deve ser efetuado em moeda corrente nacional.

32.3.1. Para empresas brasileiras, que ofertaram propostas em moeda estrangeira (Dólar ou Euro), o pagamento será efetuado em Reais (R\$), mediante conversão pela taxa de câmbio de venda vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN (Taxa PTAX), Boletim de Fechamento referente ao dia útil imediatamente anterior à data da efetiva emissão da Ordem Bancária pela Contratante.

32.4. As garantias de pagamento ao licitante brasileiro devem ser equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

32.5. Conforme estabelecido no item 12.7 do Projeto Básico, é facultado ao licitante vencedor optar pela celebração do contrato em moeda estrangeira (Dólar Americano, Euro, etc..).

32.6. Caso o vencedor exerça opção, a conversão do Valor Global da Proposta (expresso em Reais para fins de julgamento) para a moeda estrangeira escolhida será realizada observando-se os seguintes critérios:

- a) Taxa de Referência: Será utilizada a taxa de câmbio PTAX de Venda (fechamento);
- b) Data Base: A taxa a ser aplicada será a vigente na data de publicação deste Edital;
- c) Fonte: Conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil (SISBACEN).

32.7. O valor resultante da conversão mencionada no item 32.6 constituirá o Valor Global do Contrato em moeda estrangeira, sobre o qual incidirão as regras de pagamento direto e variação cambial previstas na Minuta do Contrato.

32.8. As demais regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do correspondente Termo de Contrato, anexos a este Edital.

33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do correspondente Termo de Contrato, anexos a este Edital.

34. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

34.1. Conforme consta na seção 9 do Projeto Básico, a instalação será realizada nas dependências do Aeroporto de Ribeirão Preto – Leite Lopes, situado na Praça Alberto Santos Dumont, s/n, Vila Elisa, Ribeirão Preto/SP, sendo que a localização específica do RTM e do suporte das câmeras estão detalhadas no “Apêndice I - Requisitos Técnicos” e no “Apêndice II - Especificação Técnica dos Serviços de Engenharia e Obras”, ambos do Projeto Básico.

34.2. A CONTRATADA será responsável por todos os custos e riscos associados ao transporte e

seguro, desde a origem até o local de destino indicado pela NAV Brasil., devendo observar as condições de entrega e transporte previstas no item 9.2. do Projeto Básico.

34.3. O prazo de execução da presente contratação considera a entrega de todos os seus itens, com exceção ao relativo à garantia de funcionamento, em no máximo 506 (quinhentos e seis) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Serviço.

34.4. As demais regras relativas ao prazo e ao local de entrega/execução deverão respeitar o disposto no Projeto Básico e no Termo de Contrato, anexos a este Edital.

35. DA MATRIZ DE RISCO

35.1. A identificação, análise, avaliação e tratamento dos principais riscos estão contemplados no “Apêndice IV – Matriz de Risco”, do Projeto Básico.

36. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)

36.1. O licitante deverá cumprir o previsto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

36.2. Para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), os empregados alocados para a prestação dos serviços objeto do Contrato a ser firmado devem declarar expressamente, quando for o caso, que conhecem e assumem responsabilidade pelo cumprimento das obrigações estabelecidas na legislação aplicável.

36.3. Em tais casos, a CONTRATADA deverá exigir de seu empregado, sob penas da lei, declaração de que:

36.3.1. Conhece e assume inteira responsabilidade pelo cumprimento das obrigações estabelecidas na legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais, notadamente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

36.3.2. Compromete-se a informar à NAV Brasil, no âmbito da execução da contratação em questão, qualquer situação de tratamento de dados pessoais incompatível com o prescrito pelos normativos acima indicados.

36.3.3. Compromete-se a manter reserva dos dados pessoais dos quais venha a ter conhecimento em razão da execução do instrumento contratual decorrente desta licitação.

37. DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE

37.1. As regras acerca da Política de Integridade deverão ser observadas pela Contratada, conforme previsto na Minuta do Contrato, anexa a este Edital.

SEÇÃO IV – DO ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO, DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS ANEXOS

38. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

38.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão de Licitação, até o dia 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no corpo do texto do e-mail ou documento anexo, no formato PDF.

38.2. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

38.3. O pedido de esclarecimento deverá ser enviado, pelo e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br.

38.4. A Comissão de Licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

38.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no Portal de Licitações da NAV Brasil (<https://licitacoes.navbrasil.gov.br>) e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

38.5.1. Todas as respostas vincularão os participantes e a Administração.

39. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

39.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme previsto no artigo 47 do RILC.

39.1.1. A impugnação deverá, como requisito para sua admissibilidade, ser formal, **datada e assinada pelo responsável pela impugnação**, e conter a apresentação das razões e indicação do(s) item(s) a ser(em) impugnado(s), bem como o fundamento legal para a impugnação apresentada.

39.2. A impugnação poderá ser encaminhada por forma eletrônica, para o e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br, **no formato PDF**, ou protocolada no endereço da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., dirigida à Comissão de Licitação.

39.3. A impugnação não suspende os prazos previstos no certame.

39.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Licitação, nos autos do processo de licitação.

39.4. A resposta à impugnação será divulgada no Portal de Licitações da NAV Brasil (<https://licitacoes.navbrasil.gov.br>) e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

39.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

40. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

40.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

40.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão de Licitação.

40.2.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

40.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará no direito à contratação.

40.4. A NAV Brasil reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de conveniência e oportunidade, interesse público, em decorrência de fato superveniente à instauração, devidamente justificado, ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como adiar “*sine die*” ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da proposta de preços e da documentação de habilitação.

40.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

40.6. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

40.7. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, inclusive seu cadastramento junto ao SICAF, quando for o caso, pois a simples apresentação da proposta de preços e da documentação de habilitação submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

40.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

40.9. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta de preços, deverá a licitante, independente de comunicação formal da NAV Brasil, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

40.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

40.11. Os dados pessoais fornecidos pelo licitante e os obtidos pela Comissão de Licitação por meio de consulta à acervo público disponibilizado na Internet (como por exemplo SICAF, Receita Federal e Junta Comercial), constantes dos documentos associados ao processo licitatório, contratos e instrumentos deles decorrentes, passam a ser manifestamente públicos, nos termos do art. 7º, §§ 3º e 4º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

40.11.1. As atividades de tratamento desses dados pessoais pela NAV Brasil objetivarão unicamente o cumprimento da legislação e observarão a boa-fé e demais princípios previstos na LGPD.

40.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

40.13. Eventuais erratas neste Processo Licitatório serão publicadas no Portal de Licitações na NAV Brasil e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

40.14. O início da execução contratual fica condicionado à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, sendo tal publicação considerada condição de eficácia dos seus efeitos.

41. DOS ANEXOS

41.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

41.1.1. ANEXO I – Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação;

41.1.2. ANEXO II – Modelo de Declarações Exigíveis para a Licitação;

41.1.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

41.1.4. ANEXO IV – Modelo de Protocolo de Entrega;

41.1.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD;

41.1.6. ANEXO VI – Modelo do Termo de Confidencialidade e Sigilo;

41.1.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil;

41.1.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação (exclusivo para empresas estrangeiras que não funcionem no país);

- 41.1.9. ANEXO IX – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta;
- 41.1.10. ANEXO X – Modelo de Proposta – Versão Consolidada;
- 41.1.11. ANEXO XI – Modelo de Proposta Comercial para Sistema Nacional;
- 41.1.12. ANEXO XII – Modelo de Proposta Comercial para Sistema de Importação de Equipamentos a serem adquiridos no Exterior;
- 41.1.13. ANEXO XIII – Minuta de Termo de Contrato;
- 41.1.14. ANEXO XIV – Projeto Básico:
 - a) Apêndice I – Requisitos Técnicos;
 - b) Apêndice II – Especificação Técnica dos Serviços de Engenharia e Obras;
 - c) Apêndice III – Cronograma Físico-Financeiro;
 - d) Apêndice IV – Matriz de Riscos;
 - e) Apêndice V – RP.07.008.001.000001.00 - Planta de Implantação D-TWR SBRP;
 - f) Apêndice VI – RP.03.711.023.000002.00 - Diagrama de Blocos – SVV;
 - g) Apêndice VII – Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;
 - h) Apêndice VIII – Declaração de Conhecimento das Condições e Locais para Realização dos Serviços;
 - i) Apêndice IX – Inovação Metodológica e Tecnológica;
 - j) Apêndice X – Planilha de Preços do Projeto;
 - k) Apêndice XI - Formulário de Pontuação para os Critérios Técnicos;
 - l) Apêndice XII - Metodologia para o Cálculo da Pontuação – Técnica e Preço;
 - m) Anexo I - Declaração de visita à localidade.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2026.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

ANEXO I***PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*****MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

À NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA – NAV BRASIL

Avenida General Justo, nº 160 – Centro, CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Licitação Eletrônica nº 900XX/202X

Prezados Senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.S^{as}. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS APRESENTADOS)

Declaramos que nossa empresa se encontra cadastrada junto ao Sicafe, conforme exigências do Edital.

Oportunamente, em cumprimento aos ditames editalícios, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, declarando, ainda, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, de modo que concordamos com as condições constantes do Edital e seus Anexos e atendemos plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assumimos que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos, inclusive, caso aplicável, para eventual atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

Declaramos, sob pena da lei, que nossos diretores; responsáveis legais ou técnicos; membros do conselho técnicos, consultivo, deliberativo ou administrativo; ou sócios, não são empregados ou ocupantes de emprego comissionado da NAV Brasil, em atenção à vedação prevista no artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

Declaramos, ainda, que nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da Licitação em epígrafe.

Declaramos também que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Declaramos que, caso contratada, temos pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos assumidos, de ter levado em consideração tais riscos na formulação de nossa proposta e ainda, de que não será objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente à contratante venham a se materializar.

Declaramos, ainda, que nossos serviços são prestados de acordo com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendemos às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Declaramos que não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Estamos cientes de que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

Por fim, caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, CPF n. _____, E-mail _____, fone n. (____) _____.

Atenciosamente,

Local e data.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÕES EXIGÍVEIS PARA A LICITAÇÃO*****PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE***

À

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.

Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130

Ref.: Licitação Eletrônica nº **XX /202X**

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[NÚMERO]**, estabelecida na **[ENDEREÇO DO LICITANTE]**, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr.(a) **[NOME COMPLETO]**, CPF nº **[NÚMERO]** e CI nº **[NÚMERO]**, emitida pelo **[ÓRGÃO EMISSOR]**, declara que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
2. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6. Em atenção à vedação prevista no artigo 7º do Decreto no 7.203, de 04 de junho de 2010, não haverá prestação de serviço, na execução do contrato, de cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce emprego em comissão ou função de confiança no âmbito desta empresa.
7. Está ciente que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
8. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, CPF n. _____, E-mail _____, fone n. (____) _____.

Atenciosamente,

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/CNPJ

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III***PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

À NAV BRASIL – SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S/A

Avenida General Justo, nº 160 – Centro, CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Licitação Eletrônica nº 900XX/202X

Prezados Senhores,

_____ [identificação completa do representante da Licitante] _____, como representante devidamente constituído de _____ [identificação completa da Licitante] _____ (doravante denominado Licitante), para fins do Edital da Licitação Eletrônica nº 900XX/202X, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Eletrônica nº 900XX/202X, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Eletrônica nº 900XX/202X, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Eletrônica nº 900XX/202X, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Eletrônica nº 900XX/202X antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da NAV Brasil antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Atenciosamente,
Local e data.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV**MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA**

Licitação Eletrônica nº [NÚMERO]/202X

Data de Abertura da Licitação: DD/MM/AAAA

Objeto: CONTRATAÇÃO _____.

EMPRESA:	
ENDEREÇO:	
E-MAIL: (Obrigatório)	

CNPJ:	
REPRESENTANTE:	
IDENTIDADE:	DATA: ____/____/20__
CPF:	TEL.:

Recebi da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. toda a documentação referente ao Edital e seus Anexos relativos à contratação em tela.

Estou ciente que o valor de R\$ 50,00 deverá ser pago por intermédio de boleto bancário que será encaminhado nos próximos dias pela NAV Brasil ao endereço eletrônico: _____ e, ainda, que a ausência do pagamento no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD**

Pelo presente termo, declaro que fui devidamente orientado sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, sobre a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados pessoais a que tiver acesso, bem como respectivas responsabilidades, em especial sobre aqueles que constam nos artigos 7º a 10 e 42 a 45 da LGPD. Da mesma forma, declaro ter ciência de todos os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis que porventura venha a ocorrer. Declaro conhecimento sobre as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e de que a responsabilidade de qualquer pessoa que intervenha em uma das fases abrangidas pelo fluxo dos dados pessoais subsiste mesmo após o término do tratamento. Por fim, declaro ainda ciência sobre as condições do tratamento dos meus próprios dados pessoais.

Local, XX de XXXXX de 202X

Nome e assinatura do representante legal da contratada

ANEXO VI**MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

Pelo presente instrumento, a Empresa xxxxx (denominação) e xxxxxxxx (qualificação), inscrito(a) xxxxxxxx no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede à XXXXXXXX, doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, representada por (nome e qualificação) inscrito(a) no CPF sob o nº XXXX, tem como confidencialidade manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - NAV Brasil, situada à Av. General Justo, 160 – Centro – CEP 20021-130 - Rio de Janeiro – RJ, BRASIL, doravante denominada NAV Brasil, neste ato representada por XXXXXXXX, nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “Know how”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2. Toda Propriedade de Informação que for divulgada oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de confidencialidade se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A [EMPRESA] se compromete perante a NAV Brasil a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação.

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela NAV Brasil à [EMPRESA] será utilizada, apenas, para a análise deste processo licitatório.

2.1.2 A [EMPRESA] tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da [EMPRESA] considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao presente processo de credenciamento, deverá requisitar, por

escrito, a prévia autorização da NAV BRASIL, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente termo de confidencialidade, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do objeto deste Edital.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução do objeto deste credenciamento, sem a prévia autorização, por escrito, da NAV Brasil.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela [EMPRESA], a qual utilizará do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância, em observância ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela NAV Brasil, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida à NAV Brasil, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente informado à NAV Brasil.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a [EMPRESA] comunicará o fato, imediatamente, à NAV Brasil, a qual tomará as providências cabíveis.

3.5 A [EMPRESA] declara conhecimento sobre as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

- a) As informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que chegarem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da [EMPRESA].
- b) As informações cuja divulgação tenha sido previamente autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.
- c) As informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a [EMPRESA] de comunicar à NAV Brasil no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por

escrito, pela NAV Brasil.

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração estabelecido para a consecução do objeto deste Edital.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo não liberará a [EMPRESA] das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida, e

8.3 A [EMPRESA] a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensejará quaisquer direitos de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo deve ser mantido em sigilo pela [EMPRESA] e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da NAV Brasil.

9.3 O presente Termo representará o completo entendimento e confidencialidade das partes, substituindo qualquer negócio, confidencialidade, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Rio de Janeiro, de xxxxx de xxxxxxxx.

Assinatura do representante da [EMPRESA]

ANEXO VII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEÇÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
DA NAV BRASIL**

1. Em atenção à “Política de Transações com Partes Relacionadas” da NAV Brasil, a fim de afastar conflito de interesses, DECLARO que esta empresa não se enquadra na definição de Parte Relacionada, nos termos de seu art. 3º, inc. VI, alínea “b”, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis, observadas, em especial, as diretrizes e vedações expressas, respectivamente, nos arts. 6º e 7º.

2. Além do exposto, DECLARO:

2.1. Que esta transação não foi estabelecida em condições distintas das de mercado e/ou de forma a prejudicar os interesses da NAV Brasil.

2.2. Que esta transação não constitui contrato gratuito, ou seja, sem contrapartida para a NAV Brasil; e

2.3. Que a presente empresa não possui em seu quadro, administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, que seja diretor ou empregado da NAV Brasil, ou, ainda, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 6 (seis) meses.

3. Nesse sentido, FAÇO CONSTAR os dados da empresa e o correspondente Quadro de Sócios e Administradores (QSA):

3.1. DADOS DA EMPRESA:

Nome: [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

Endereço: [ENDEREÇO DA CONTRATADA]

CNPJ: [NÚMERO]

Telefone: [NÚMERO]

E-mail: [EMAIL DA CONTRATADA],

3.2. QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA):

Nome do Administrador/Sócio	CPF
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]

4. Por fim, esta empresa se coloca à disposição para apresentar esclarecimentos e/ou documentos à Contratante que porventura lhe sejam solicitados, submetendo-se, por toda a execução contratual, à verificação das informações por ora declaradas.

Rio de Janeiro, XX de XXXXX de 202X

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(exclusivo para empresas estrangeiras que não funcionem no país)

A empresa _____ declara, por meio de seu representante legal abaixo assinado e sob as penas da lei, que os documentos habilitatórios abaixo listados exigidos no Edital não possuem equivalência em nosso País.

ITEM DO EDITAL	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL

A empresa _____ declara que está ciente da responsabilidade civil e criminal decorrente da não veracidade das informações prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação atual real.

_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do representante)

ANEXO IX**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

Timbre da empresa

Local, ____ de ____ de 202X.

À

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Av. General Justo, nº 160 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20021-130

Ref.: Processo Licitatório nº _____

Apresentamos ao Senhor(a) a proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na cidade de _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, para a execução e entrega dos serviços abaixo relacionados, conforme critérios e premissas estabelecidas no Processo Licitatório nº _____.

ANEXO X**MODELO DE PROPOSTA – VERSÃO CONSOLIDADA**

OBJETO	LOCALIDADE	VALOR GLOBAL (R\$)
Fornecimento, instalação, comissionamento e homologação dos Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais	Torre de Controle Digital da Dependência da NAV Brasil em Ribeirão Preto/SP (DNRP)	

Informamos que o prazo de validade de nossa proposta é de _____(_____) dias consecutivos, a contar da data de abertura do Processo Licitatório nº _____/2026, no valor total (global) de R\$ _____ (por extenso). O prazo de garantia dos serviços executados será de _____ (_____) meses.

Assinatura e Carimbo

(Representante da Empresa)

Carimbo CNPJ da Empresa
proponente

ANEXO XI

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SISTEMA NACIONAL

EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS NO BRASIL

OBRIGATÓRIO PARA LICITANTES BRASILEIROS

(Deve ser apresentado a planilha abaixo para cada localidade prevista no edital e para o lote de sobressalentes)

MERCADORIA NACIONAL	
Localidade / DNB:	
NCM ¹ :	
Descrição completa do equipamento:	
País de origem / Fabricante:	
Marca / Modelo:	
Código do catálogo:	
Preço de Venda	R\$
(-) Desconto Incondicional (concedido no ato da compra)	R\$
(A) Valor unitário do sistema sem impostos	R\$ -
(B) PIS ² = (A x 1,65% ou 0,65%)	R\$ -
(C) COFINS ³ = (A x 7,60% ou 3%)	R\$ -
(D) IPI ⁴ = (A+F+G+H x %TABELA TIPI)	R\$ -
(E) ICMS ⁵ = [(A+D+F+G+H) / (1-18%)] x 18%	R\$ -
(F) FRETE (quando cobrado pelo vendedor)	R\$ -
(G) SEGURO (quando cobrado pelo vendedor)	R\$ -
(H) Custo unitário de outras despesas (quando cobrado pela vendedor)	R\$ -
(J) Valor final da proposta por localidade com impostos ⁵ = (A+B+C+D+E+F+G+H)	R\$ -

¹ **Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)** é um código de oito dígitos utilizado para classificar mercadorias no comércio exterior e nas operações internas no Brasil servindo de base para a tributação de ICMS, IPI, PASEP/COFINS, II etc.).

Ex.: 8526.91.00 (Aparelhos de Radionavegação)

^{2 e 3} **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento e Seguridade Social (COFINS)** são contribuições de competência federal. As alíquotas aplicáveis variam conforme o regime de tributação do contribuinte emissor da documentação fiscal (vendedor), podendo ser:

Regime Cumulativo: alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS;

Regime Não Cumulativo: alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS.

⁴ **Imposto sobre produtos industrializados (IPI).** Tributo federal que incide sobre produtos industrializados, tanto de fabricação nacional quanto importados. As alíquotas aplicáveis variam de acordo com o código NCM do produto, conforme estabelecido na Tabela TIPI.

⁵ **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).** É um imposto estadual que incide sobre a circulação de mercadoria entre estados e entre estabelecimentos da mesma empresa e ainda sobre a importação de mercadorias e alguns serviços.

Para todos os itens, independentemente do local de entrega, deverá ser considerada a alíquota de 18% de ICMS para fins de elaboração da proposta, assegurando a isonomia entre os participantes.

No momento do faturamento, a empresa contratada deverá emitir a Nota Fiscal aplicando a alíquota de ICMS correspondente ao Estado de destino do bem, observando a legislação tributária vigente.

6 No campo “**Custo Unitário de Outras Despesas**” deverá ser informado o custo unitário relacionado aos serviços utilizados pelo vendedor, com a devida discriminação. Os valores apresentados devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado.

7 Os licitantes devem detalhar suas propostas conforme o modelo indicado, de forma a possibilitar eventuais ajustes no valor do contrato e no pagamento, em função das alíquotas incidentes após o faturamento.

As alíquotas de impostos e tributos diferentes daquelas previstas na proposta serão ajustadas conforme a Nota Fiscal apresentada.

A contratada fará jus ao valor líquido, sem a inclusão de impostos e tributos, sendo que os valores correspondentes a impostos e tributos serão retidos pela contratante antes da realização do pagamento.

ANEXO XII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SISTEMA DE IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS A

SEREM ADQUIRIDOS NO EXTERIOR – IMPORTAÇÃO DIRETA PELA NAV BRASIL

OBRIGATÓRIO PARA LICITANTES ESTRANGEIROS

(Deve ser apresentado a planilha abaixo para cada localidade prevista no edital e para o lote de sobressalentes)

MERCADORIA NACIONALIZADA ou IMPORTADA	
Localidade / DNB:	
NCM ¹ :	
Descrição completa do equipamento:	
Pais de origem / Fabricante:	
Marca / Modelo:	
Código do catálogo:	
(A) Valor da Mercadoria no Exterior (US\$ ou Euro)	\$
(B) Valor Frete no Exterior (US\$ ou Euro)	\$
(C) Valor Seguro no Exterior (US\$ ou Euro)	\$
(D) Valor Outras Despesas no Exterior (US\$ ou Euro)	\$
(E) Câmbio PTAX Venda (R\$) no fechamento da data de publicação do edital do certame ²	
(F) Valor aduaneiro unitário convertido (R\$) ³	R\$
(G) PIS⁴ = ((F+L) / (1-2,10%-9,25%)) x 2,10%	R\$
(H) COFINS⁵ = ((F+L) / (1-2,10%-9,25%)) x 9,65%	R\$
(I) IPI⁶ = (F+J+M x % TABELA TIPI)	R\$
(J) II⁷ = (F x %TABELA TEC)	R\$
(L) ICMS⁸ = [(F+G+H+I+J+M) / (1-18%)] x 18%	R\$
(M) Despesas Aduaneiras	R\$
(N) Transporte/ Seguro Pós Desembarço	R\$
(O) Custo unitário de outras despesas (R\$) ⁹	R\$
(J) Valor final da proposta por localidade com impostos equalizado¹⁰ = (F+G+H+I+J+L+M+N+O) – Valor de cadastramento da proposta e fase de lances.	Os licitantes devem OBRIGATORIAMENTE considerar o valor COM EQUALIZAÇÃO, tanto no cadastramento de proposta, como na fase de lances.
(K) Valor da localidade contratado ¹¹ = (C) – Valor a ser adjudicado para celebração do contrato	Valor a ser adjudicado para celebração do contrato

¹ **Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)** é um código de oito dígitos utilizado para classificar mercadorias no comércio exterior e nas operações internas no Brasil servindo de base para a tributação de ICMS, IPI, PASEP/COFINS, II etc.).

Ex.: 8526.91.00 (Aparelhos de Radionavegação)

² **A taxa de câmbio de referência, Dólar ou Euro:** Câmbio PTAX Venda (R\$) no fechamento da data de publicação do edital do certame(<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).

³ **O Valor Aduaneiro Unitário** Convertido corresponde ao preço unitário do produto apresentado em moeda estrangeira após a conversão para moeda brasileira.

^{4 e 6} **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento e Seguridade Social (COFINS)** são contribuições de competência federal. As alíquotas aplicáveis variam conforme o regime de tributação do contribuinte emissor da documentação fiscal (vendedor), podendo ser:

Regime Cumulativo: alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS;

Regime Não Cumulativo: alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS.

⁷ **Imposto sobre produtos industrializados (IPI).** Tributo federal que incide sobre produtos industrializados, tanto de fabricação nacional quanto importados. As alíquotas aplicáveis variam de acordo com o código NCM do produto, conforme estabelecido na Tabela TIPI.

⁴ **Imposto de Importação (II).** Tributo federal que incide sobre a entrada de produtos estrangeiros no território nacional.

Suas alíquotas variam conforme a classificação fiscal da mercadoria na NCM e seguem as regras estabelecidas pela Tarifa Externa Comum (TEC) ou por normas específicas aplicáveis a determinados produtos.

⁸ **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).** É um imposto estadual que incide sobre a circulação de mercadoria entre estados e entre estabelecimentos da mesma empresa e ainda sobre a importação de mercadorias e alguns serviços.

Para todos os itens, independentemente do local de entrega, deverá ser considerada a alíquota de 18% de ICMS para fins de elaboração da proposta, assegurando a isonomia entre os participantes.

No momento do Faturamento, a empresa contratada deverá emitir a Nota Fiscal aplicando a alíquota de ICMS correspondente ao Estado de destino do bem, observando a legislação tributária vigente.

⁹ No campo Outras Despesas deverá ser informado o custo unitário relacionado a serviços que não compõem o valor aduaneiro, e devem ser compatíveis com os valores praticados no mercado, tais como: desembaraço, armazenagem, capatazia e taxas pertinentes.

¹⁰ O Valor Unitário equalizado, correspondente ao somatório de todos os custos unitários identificados para o produto que oneram o órgão licitante. Valor unitário da proposta que deverá ser alocado na planilha para composição do valor global a ser cadastrado pelos licitantes no sistema que deverá ser utilizada no processo licitatório, servindo de referencial na fase de disputa. Finalizado a fase de disputa, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar proposta, onde o valor unitário equalizado (I), deve refletir EXATAMENTE o valor final ofertado no sistema.

¹¹ O Valor Unitário de referência na celebração do contrato. A NAV Brasil pública figurará como importador, e em função disso o fornecedor realizará o desembaraço aduaneiro em nome da NAV Brasil.

ANEXO XIII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

(Anexo apartado)

ANEXO XIV

PROJETO BÁSICO – APÊNDICES e ANEXO

(Anexo apartado)